Revista Fenexis: Estudos Fenomenológico-Existenciais

GRUPO TERAPÊUTICO EM CENTRO DE REFERÊNCIA PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

THERAPEUTIC GROUP IN A REFERENCE CENTER FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE

GRUPO TERAPÉUTICO EN UN CENTRO DE REFERENCIA PARA MUJERES EN SITUACIÓN DE VIOLENCIA

Ramona de Souza Aguiar[1]
Rafael Auler de Almeida Prado[2]

RESUMO

Este relato de experiência reflete, à luz do referencial fenomenológico existencial, as possibilidades de cuidado na vivência do grupo terapêutico com mulheres em situação de violência. O trabalho em grupo aconteceu quinzenalmente no Centro de Referência Casa Rosa Mulher em Rio Branco, Acre. A equipe era constituída por uma terapeuta (psicóloga da instituição), uma co-terapeuta e uma pessoa que registrava todo o encontro, ambas estagiárias de psicologia. O instrumento de registro dos grupos terapêuticos utilizado foi o diário de bordo. A escolha desse instrumento se deu pela possibilidade de expressar a narrativa das participantes, através da implicação da autora no processo grupal, permitindo que o dispositivo de cuidado terapêutico fosse visibilizado. Desse modo, por meio desse trabalho foi possível ver, sentir, vivenciar e identificar as possibilidades de cuidado na experiência em grupo, assim como proporcionar uma reflexão mais ampliada sobre as questões que envolvem a violência de gênero com destaque sobre o papel da psicologia, que ocupa um espaço essencial no programa de prevenção e enfrentamento à violência, no contexto dos Centros de Referência a Mulheres em Situação de Violência.

Palavras-chave: relato de experiência; grupo terapêutico; fenomenologia-existencial; violência de gênero.

RESUMEN

Este informe de experiencia refleja, a la luz del marco fenomenológico existencial, las posibilidades de cuidado en la experiencia del grupo terapéutico con mujeres en situación de violencia. El trabajo grupal se realizó quincenalmente en el Centro de Referência Casa Rosa Mulher en Rio Branco, Acre. El equipo estaba formado por un terapeuta (psicóloga de la institución), una co-terapeuta y una persona que grabó toda la reunión, ambos pasantes en psicología. El instrumento utilizado para registrar grupos terapéuticos fue el libro de registro. Este instrumento fue elegido debido a la posibilidad de expresar la narrativa de los participantes a través de la participación del autor en el proceso grupal, lo que permite ver el dispositivo de cuidado terapéutico. Por lo tanto, a través de este trabajo fue posible ver, sentir y experimentar e identificar las posibilidades de atención en la experiencia grupal, así como proporcionarnos una

[1] Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Acre (Autora principal quando realizava o estágio supervisionado). Rio Branco, Acre, Brasil. E-mail: psiramonaaguiar@gmail.com
[2] Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco/ Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre – Co-autor e supervisor de estágio). Rio Branco, Acre, Brasil. E-mail: rafaelpradoauler@gmail.com

reflexión más amplia sobre los problemas relacionados con la violencia de género y sobre el papel de la psicología que ocupa. Un espacio esencial en el programa de prevención y confrontación de la violencia dentro de los Centros de Referencia para Mujeres en Situaciones de Violencia.

Palabras clave: informe de experiencia, grupo terapéutico, fenomenología existencial, libro de registro, violencia de género.

ABSTRACT

This experience report reflects, in the light of the existential-phenomenological framework, the possibilities of care within the therapeutic group experience involving women in situations of violence. The group sessions were held biweekly at the Casa Rosa Mulher Reference Center in Rio Branco, Acre. The team consisted of a therapist (a psychologist from the institution), a co-therapist, and a note-taker, both psychology interns. The therapeutic group meetings were recorded in a logbook, chosen for its potential to express participants' narratives through the author's involvement in the group process, allowing the therapeutic care device to be made visible. In this way, it was possible to see, feel, experience, and identify the possibilities of care within the group experience, while also encouraging a broader reflection on gender-based violence, highlighting the essential role psychology plays in prevention and intervention programs in the context of Women's Reference Centers.

Keywords: experience report; therapeutic group; existential phenomenology; gender-based violence.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência foi elaborado a partir da prática de estágio obrigatório do curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre, consistindo na realização quinzenal de grupo psicoterapêutico com mulheres em situação de violência, fundamentado na perspectiva fenomenológica existencial. O local do estágio, Centro de Referência a Mulheres em Situação de Violência Casa Rosa Mulher, na cidade de Rio Branco, no estado do Acre, configura-se como um espaço de acolhimento, apoio e orientação para mulheres que estão em situação de risco social e violência de gênero (Rio Branco, s.d.). A casa oferece, para essas mulheres, atendimento integral durante toda a semana, com serviços de assistência social, orientação jurídica, atendimento psicológico e cursos profissionalizantes.

Desse modo, estruturou-se esse trabalho com os seguintes subtópicos: 2."O surgimento dos Centros de Referência à Mulher em Situação de Violência no Brasil", no qual será apresentado o percurso histórico e social da consolidação desses centros de referência; 3."O olhar da fenomenologia existencial para o cuidado" e 4." O Grupo terapêutico sob a perspectiva fenomenológica existencial", que explicitam a compreensão

de cuidado clínico, bem como a pertinência da utilização do grupo para esse público; 5. “O Centro de Referência Casa Rosa Mulher”, em que a história da consolidação do local de estágio é apresentada; no 6. “Método”, será descrito como o trabalho foi realizado; o subtópico 7.“Resultados e Discussões” consiste numa reflexão sobre o trabalho, a partir dos diários de bordo redigidos a cada encontro; e 8.“Considerações Finais”, no qual está sintetizado tudo o que foi abordado durante todo o relato e apontamos novas possibilidades para futuros trabalhos acerca dessa temática.

2 O SURGIMENTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO BRASIL

A violência contra a mulher é um fenômeno que tem ganhado uma maior atenção e mobilização desde o início da década de 1970 no Brasil. Essa maior visibilidade se dá em decorrência do movimento feminista, que trouxe à luz reflexões acerca da violência contra a mulher, advertindo as proporções endêmicas desse fenômeno e como isso reflete e está associado aos valores da cultura que desprestigia e coloca as mulheres em posição de submissão (Oliveira, 2004).

O movimento feminista foi acompanhado pelo processo de redemocratização pelo qual o país passava após o regime militar. O surgimento de alguns movimentos, como o Movimento Feminino pela Anistia (a busca das mulheres por parentes desaparecidos na ditadura militar); Movimento contra a Carestia (envolvimento das mulheres nos sindicatos e consequente favorecimento na conscientização política) e o Movimento de Luta pelas Creches (mais relacionado ao lugar da mulher na família) permitiu, aos poucos, a união dessas mulheres em prol de questões que interferiam em suas vidas. Desse modo, esses agrupamentos foram possibilitando a discussão de outras temáticas como o corpo, como a sexualidade, a dupla jornada de trabalho, a saúde e a violência – principalmente a conjugal (Oliveira, 2004).

Sobre a temática da violência de gênero se faz importante ressaltar que esse fenômeno inclui diversificadas manifestações, como: estupro, assassinatos, agressões físicas, sexuais e emocionais, mutilação genital, prostituição forçada, violência sexual e racial (Schraiber, D'Oliveira, França-Junior & Pinho, 2002). Uma das referências para a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, aqui utilizada, é a Lei Maria da

Penha (2006), que define como formas de violência doméstica e familiar contra a mulher toda e qualquer violência física, psicológica, sexual, matrimonial e moral. Justifica-se a utilização dessa lei pelo fato de que a grande maioria do público atendido pelo Centro de Referência Casa Rosa Mulher, onde foi realizado o trabalho, tem sido encaminhado pela Delegacia Estadual de Atendimento à Mulher (DEAM). A lei tem dado legitimidade e visibilidade a uma série de violências sofridas pela mulher, que costumavam ser naturalizadas e aceitas. Desse modo, o número de queixas tem aumentado, o que também resulta de um processo de reivindicação das mulheres, assim como de maior problematização no meio acadêmico e em outros espaços, sobre as formas de violência sofridas por esse grupo.

A partir disso, é possível refletir mais profundamente na definição e caracterização da violência contra a mulher, que recentemente foi denominada como violência de gênero, pois se articula, de forma mais abrangente, em torno do conceito de violência como um mecanismo de poder e controle, desenvolvido a partir de condicionantes da cultura patriarcal (Oliveira, 2004).

Em decorrência das leis firmadas em 2003, para a garantia dos direitos das mulheres, juntamente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), em parceria com o movimento feminista, mulheres interessadas por essa causa e outros movimentos sociais que apoiam a defesa desses direitos, foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o qual vem auxiliando no compromisso de ações preventivas e de combate à violência contra as mulheres, bem como no atendimento e apoio a elas.

É, então, a partir de uma incorporação desta temática pelas políticas públicas que foram criados os Centros de Referências, os quais ocupam um espaço essencial no programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência foram criados em 2003, com o objetivo de que fossem um espaço de atendimento interdisciplinar de acolhida dessas mulheres, para proporcionar a superação da situação de risco e ruptura do ciclo de violência, corroborando com o seu empoderamento. É função desses Centros de Referências articular instituições (serviços governamentais e não-governamentais) que participam da Rede de Atendimento pois, a partir disto, abrem-se alternativas de acesso

aos serviços que auxiliam as mulheres em vulnerabilidade (Rio Branco, 2006).

No Acre, ainda não há muitas pesquisas que apresentem informações das características de mulheres vítimas de violência. Contudo, dados obtidos pelo Mapa da Violência (Brasil, 2015) apontam que, neste estado, a população negra possui um alto registro de feminicídio, com taxa acima de dez por cem mil mulheres negras. Outro número relevante nessa pesquisa é de que essas mulheres estão na faixa etária de dezoito a trinta anos de idade. Tais ocorrências correspondem à maior domesticidade da violência contra a mulher, ou seja, o local predominante da agressão é a residência.

Levando em conta esses dados sobre a violência, sabe-se que isso é uma questão de ordem social, que tem sido "atendida" em diversos tipos de serviço da rede pública, como aqueles dos campos da saúde, assistência social, justiça, nos quais a psicologia possui atuação. Alguns estudos sobre a intervenção psicológica em grupo, realizados nesse contexto de rede, como o Programa de Maus Tratos a Mulheres, desenvolvido pela professora Virginia Moreira (1999), no Consultório Externo da Escola de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, e o próprio Grupo Terapêutico, que vem sendo realizado na Casa Rosa Mulher desde 1994 inicialmente idealizado pela psicóloga Kátia Lenz, são de suma importância para a compreensão da execução e do desenvolvimento de novos trabalhos com grupos de mulheres em situação de violência.

3 O OLHAR DA FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL PARA O CUIDADO

A fenomenologia não surgiu como um método, assim como as ciências naturais e técnicas modernas, que entendem por “método” um conjunto de procedimentos que visam a previsão e o controle, porém como um questionamento filosófico do modo científico de pensar. Nesse sentido, a fenomenologia se apresenta como uma nova formulação do modo de compreender tudo o que existe, a que se havia dado um significado, tal como noções de homem, mundo, corpo, história e percepção (Critelli, 1996).

Heidegger, mencionado por Critelli (1996), aprofundou a questão epistemológica do ser e da verdade em um sentido mais profundo, qual seja, o existencial. Reflete sobre o homem em modos de ser no mundo, em formas de habitar esse mundo, nos possíveis

modos de dirigir sua vida e a dos outros, com quem compartilha o seu campo existencial. Desse modo, a fenomenologia existencial compreende os "seres-aí" a partir do prisma existencial, ou seja, ela está pautada sobre as possibilidades existenciais.

Portanto Heidegger, ao repensar o modo como a condição humana vinha sendo tematizada pela tradição do pensamento ocidental, utiliza o termo *Dasein*, que se traduz por "ser-aí", em substituição ao termo "homem", por considerar que este o reduz à sua condição de racionalidade. *Dasein* explicita a condição de sermos sempre, num determinado mundo, trama de significados e sentidos, que os vamos tecendo ao longo do tempo, nas relações entre si e com as coisas. Sendo o ser-aí sempre “ser-no-mundo-com-os-outros”, enquanto abertura que se faz desvelar, enquanto sentido de tudo que nos vem ao encontro, já é, de si, compreensão na sua forma mais própria de existência. Assim sendo, a compreensão é um dos traços ontológico-existenciais do nosso existir. Ela não se dá de forma neutra. Assim, tal abertura de sentido para a compreensão desde sempre acontece em uma atmosfera afetiva, que produz tom e coloração àquilo que nela vem à luz. De tal modo que essa afetabilidade da existência, na forma de abertura compreensiva, Heidegger (1999) intitula como disposição, ou seja, indica que a compreensão e disposição afetiva (afetabilidade) são existenciais característicos do “aí” do ser-aí. O autor, então, a partir dessa unidade existencial-ontológica do ser-aí (compreensão e afetabilidade), nomeia-o com a terminologia “cuidado”, designação esta do ser do homem como “cuidado” sendo uma ampliação constitutiva da pluralidade estrutural que a análise fenomenológica do ser-no-mundo-com elabora na analítica existencial (Santos & Sá, 2013).

Assim no sentido do cuidado psicológico das práticas psicoterapêuticas de fundamentação fenomenológico-existencial, o cuidado está no sentido de "preocupar", ou seja, se antepor ao outro, não no modo de se colocar na frente do sujeito, mas para auxiliá-lo a colocá-lo diante de suas próprias possibilidades existenciais de ser. Portanto, é nesse momento do cuidado terapêutico que a existência pode deixar vir à luz. A sua abertura de mundo nunca dependerá, apenas e exclusivamente, de uma habilidade sensorial, de investigação de fatos ou de raciocínios lógicos, mas, fundamentalmente, do quanto se é livre, ou seja, daquilo que se é e se manifesta na existência própria do sujeito

(Santos & Sá, 2013).

O cuidado terapêutico, ao se considerar o que é livre e constitutivo nessa abordagem, demonstra-se também como a possibilidade de poder-ser, pois este é característico da própria composição do *Dasein*. Para melhor compreensão, podemos dizer que esse processo de análise existencial leva em conta a maneira pela qual os sujeitos se revelam na cotidianidade, ou seja, no seu dia a dia nesse caso, com o foco nas situações de violência vivida por essas mulheres.

É, então, a partir da sua existência cotidiana, que se abrem as possibilidades para análise acerca do sentido do ser (Costa, 2015). Abrir-se ao "poder-ser" quer dizer compreender-se sem determinações “naturais” ou necessárias para ser, poder vivenciar outras possibilidades de ser, para além daquelas constituídas socialmente e assumidas como naturais, de modo que, nas situações que envolvem a mulher, as identidades femininas esperadas possam ser compreendidas nas suas intenções de poder, nas suas limitações e nos sofrimentos que geram. Desse modo, outras possibilidades de ser podem ser encontradas.

4 O GRUPO TERAPÊUTICO SOB A PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL

O atendimento em grupo é uma modalidade distinta, principalmente pela experiência da convivência. É por meio dessa característica essencial que os modos de ser-com-o-outro tendem a se tornar mais visíveis do que em outras maneiras de fazer psicoterapia. Na abordagem fenomenológica, o grupo se dirige ao que passa a existir na interação entre dois ou mais sujeitos. Nesse sentido, é importante salientar que não se trata, todavia, de uma atitude meramente “simples”, diante do que acontece no grupo (Alves, 2013). Essa interação pode ser entendida como uma fusão de horizontes (Gadamer, 2012), na qual esses horizontes compreensivos são cunhados pela história de vida de cada mulher, ou seja, um processo no qual a sua bagagem existencial, as suas perspectivas se interpenetram com os outros horizontes. Tal processo de fusão de horizontes, esclarecendo, não denota que os horizontes compreensivos se igualem, mas sim que se tocam e articulam, tecendo significados e sentidos que cada pessoa vivencia e de que se apropria de modo singular. Assim, no momento do encontro grupal, tais

histórias se “fundem”, cada uma a sua maneira, na sua especificidade e em sua forma mais própria de existir, abrindo novos caminhos e possibilidades de ser. Na experiência em grupo, ocorre o empenho em sustentar modos de ser específicos, ou seja, uma singularidade, perante tantas convocações relacionais, tem mais elementos para uma reflexão terapêutica (Camasmie & Sá, 2012).

Deste modo, a base da descrição fenomenológica é a imediatidade da experiência de cada sujeito, em relação e do contexto no qual cada pessoa está. Nesse grupo, em especial, o contexto está fortemente marcado nas situações de violência, com que participantes e terapeutas, a partir de suas singularidades, lidam no processo grupal.

Focando agora na violência sofrida pelas mulheres, uma característica marcante é o fato de que há diversas formas sutis de silenciá-la e disfarçá-la, o que dificulta a consolidação de espaços de diálogo entre essas mulheres e provoca, muitas vezes, a sensação de que o sofrimento é algo individual, produzido de forma única numa família, ou até mesmo ocorre dessas mulheres se culpabilizarem por ele. Isso tudo também é reforçado pela submissão e falta de sua autonomia na sociedade. Nesse sentido, este trabalho em que as mulheres compartilhavam suas experiências possibilitou que elas se apropriassem desse espaço de autonomia, ao dialogarem entre si. Conseguiam ver que outras também passam por situações semelhantes e, assim, reconheciam em outras participantes alguém com quem podiam falar e pensar juntas em como poderiam tomar decisões por si. Nesse espaço também foi possível um maior esclarecimento de quais são os elementos e as configurações sociais do seu sofrimento, que está bem além da biografia familiar e pessoal.

Segundo Yalom & Leszcz (2006) e Souza (2011), apesar de muitas pessoas apresentarem uma certa resistência a esse modelo de atendimento, ele possui uma eficácia comprovada. Ainda de acordo com esses autores, o grupo psicoterapêutico possui efeitos tão ou mais abrangentes que os da psicoterapia individual. Sendo assim, diante da alta demanda por atendimento psicológico, principalmente em locais como os centros de referência, a psicoterapia em grupo se faz muito pertinente.

5 O CENTRO DE REFERÊNCIA CASA ROSA MULHER

Desde 1980, ter um lugar de atendimento especializado para mulheres era uma proposta de muitas delas em Rio Branco. Nessa época, a situação na capital era preocupante pois, segundo pesquisa feita em 1992, pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP), os índices de violência sexual e física eram altos. Nesse mesmo período, a Universidade Federal do Acre (Ufac), segundo a Revista da Casa Rosa Mulher (Rio Branco, 2011), também apresentou uma pesquisa que mostrava uma estimativa de que três mil meninas, com idade de dez a dezesseis anos, estavam sofrendo exploração sexual e sendo usadas como meios de repasse de drogas para traficantes.

Contudo, foi no ano de 1993, devido ao grande número de denúncias feitas por causa do tráfico e da exploração sexual de crianças e adolescentes, do Acre para garimpos de Rondônia, que houve uma maior mobilização e atenção à situação dessas mulheres. A partir dessa constatação, foi criada uma Comissão de Sindicância pela Assembleia Legislativa, a qual investigou o tráfico interestadual dessas meninas. Ao fim dessa investigação, houve propostas e direcionamentos ao Ministério Público, Poder Judiciário e órgãos governamentais, estaduais e municipais.

Um desses encaminhamentos foi o grande propulsor para a criação, em 15 de abril de 1994, da Casa Rosa Mulher, localizada na região do Bairro Quinze. O local em que a Casa Rosa Mulher foi instalada tinha muito a ver com a alta vulnerabilidade daquela região, pois ali havia uma alta concentração de homens, devido aos descarregamentos de mercadorias para o município. O Bairro Quinze é uma região ribeirinha, onde foi construída a primeira rodoviária de Rio Branco, com isso muitos estabelecimentos de vendas de bebidas e casas de prostituição foram criados ali (Rio Branco, 2011).

No início do seu funcionamento, a Casa Rosa Mulher era vinculada à Secretaria Municipal do Trabalho e Bem Estar Social (SEMTRABES), e contava com o apoio de organizações não governamentais. Atualmente, por ter se tornado oficialmente um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, a Casa Rosa Mulher está vinculada à Secretaria Adjunta Municipal da Mulher.

6 MÉTODO

Para a descrição de como foi realizado este trabalho, importa dizer que o modo de pensar que o norteou é fenomenológico-existencial. Utilizou-se, como instrumento de registro deste relato, o diário de bordo (DB). A escolha deste instrumento se justifica pela intenção de retratar o que acontecia durante o grupo, através da forma como nós éramos afetadas, a partir da nossa escuta no momento do atendimento àquelas participantes.

Segundo Prado (2018), os diários de bordo baseiam-se em registros da experiência, neste caso em nossa experiência clínica psicoterápica grupal. Estes foram escritos logo após cada encontro em que, tocadas pelo momento, descrevemos o modo como estávamos dispostas afetivamente e como nossa forma de narrar trazia à fala uma compreensão temática na atuação clínica. É, então, a partir da narrativa que tomamos os eventos como um testemunho vivo da experiência em campo. Por meio dos relatos dos sujeitos que falam sobre sua história, assume-se um lugar de depoimento, testemunho vivo que será possível, a partir do que foi dito, a elaboração, reelaboração e, ao mesmo tempo, a transmissão da experiência ao narrador (Lima, Yehía & Morato, 2009).

As participantes do Grupo Terapêutico (GT) possuem características heterogêneas: mulheres com uma faixa etária bem diversificada, desde vinte e três até sessenta anos, algumas estudantes, outras com vínculo empregatício e algumas sem. Contudo, todas as participantes do GT, de alguma forma, estão naquele espaço, por terem vivido ou viverem alguma situação de violência.

Inicialmente, as duas estagiárias de psicologia entraram em contato com a psicóloga da Casa Rosa Mulher, para uma melhor compreensão de como se dava o grupo terapêutico ali realizado. Nos primeiros encontros com a profissional de psicologia, foi debatido como seria estruturado o grupo e quais eram as demandas daquela população à qual ela já atendia há algum tempo. A partir disso, iniciamos um planejamento de como faríamos cada encontro e em quais dias eles aconteceriam, o que nos exigiu um maior aprofundamento de referenciais teóricos sobre grupos e experimentos que poderiam ser utilizados nesse tipo de atendimento.

No que concerne à organização, quanto à condução do grupo terapêutico (GT), ocorreu ao todo em quatorze encontros, do mês de maio até dezembro de 2018, configurando-se da seguinte forma: a cada encontro, tínhamos uma terapeuta, uma co-

terapeuta e uma terceira pessoa responsável por registrar tudo o que acontecia no grupo. A cada atendimento, preparávamos a sala para recebermos as participantes do GT, deixando sempre um som ambiente com músicas que ressaltassem o empoderamento feminino, uma mesa com espaço para colocar os alimentos para o lanche compartilhado e, cada vez que uma mulher adentrava a sala, uma de nós ia até elas para pedir uma palavra que definisse o momento existencial em que elas estavam, registrando no cavalete exposto dentro da sala.

Deste modo, o GT era conduzido com a terapeuta falando, inicialmente, sobre um assunto específico que estivesse relacionado às questões de violência contra a mulher e, a partir disso, eram deixadas em aberto discussões e questionamentos sobre a temática abordada. No segundo momento, a terapeuta conduzia algum experimento terapêutico, ao mesmo tempo em que a co-terapeuta a auxiliava no que fosse preciso. Enquanto isso, a outra colega faria o registro de tudo o que acontecesse durante a atividade, como falas e gestos. No terceiro tempo, acontecia um intervalo com um lanche compartilhado. Na última fase, a terapeuta pedia que cada participante finalizasse, falando uma palavra que retratava como cada uma se sentia naquele instante e, assim, finalizávamos o grupo.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na perspectiva psicológica utilizada, a afetabilidade é um elemento que requer grande atenção para a tematização das compreensões terapêuticas. A afetação é vista, neste sentido, como uma matéria-prima dentro do campo de atendimento/cuidado psicológico (Morato, s.d.). Desse modo, a atenção e a escuta são o caminho pelo qual a afetabilidade se dá, em maior ou menor grau pois, ao mergulharmos através da escuta na narrativa daquilo que é dito pelo outro, somos diretamente afetados com o que presenciamos, por meio da escuta. Foi possível identificar, através da escuta, a experiência das participantes do GT, dando inteligibilidade ao modo como cada qual foi afetada, de forma individual, porém com experiência configurada pelo campo grupal, proporcionada nos encontros. Por vezes as falas, segundo a vivência de cada uma daquelas mulheres, afetaram-nos mais intensamente, e essa afetabilidade aconteceu por

meio do significado que tais experiências representa para elas e o modo como isso era compreendido e chegava até nós.

Segundo Braga & Custódio (2005), é por meio da percepção da afetabilidade pelo outro, moldada no testemunho e na solicitude clínica, que se faz o trânsito pelo sentido. Retratamos isso no diário de bordo (DB), quando narramos na escrita em itálico:

> Sinto-me tocada e envolvida com a fala de E., pois, a cada discurso sinto uma carga de sofrimento muito grande pela qual ela já vem passando por muitos anos. A forma como ela traz tudo que vive em casa me faz refletir: Como que com tantas demandas e consequentes sofrimentos ela ainda está em pé? Me parece que este espaço de escuta e acolhida faz um grande diferencial para E. conseguir ir em frente e se sentir nesse mundo com o mínimo de acolhida, cuidado e proteção." É então, a partir disso, que concluímos que "escutar outras experiências configura-se expressão da própria experiência: ouvir a experiência de outros, que alude à própria experiência, mostra-se um se ouvir na experiência de outros. (Diário de Bordo).

Toda a vivência, nos encontros do GT revelava, através da narrativa das participantes, o potencial que o cuidado terapêutico possui nesses espaços de acolhida para mulheres em situação de violência. Elementos como a escuta e o registro do que era vivido e falado por essas mulheres, sem dúvida, formaram os meios pelos quais se deu o dispositivo de cuidado terapêutico. Afinal, o diário de bordo foi um importante meio de registro do desconhecido, do revelar-se do outro (aquele que comunica), o que é muito comum no encontro terapêutico, além de nos possibilitar remeter à experiência vivida, refletir sobre tudo o que aconteceu no campo grupal, revisitar o que foi observado e o que foi desenvolvido, sendo possível repensar e/ou incluir novas formas de encaminhar o encontro seguinte, também oportunidade de que surjam novas necessidades por parte de algumas participantes.

Esse tipo de registro foi uma importante escolha dentro da abordagem com a qual trabalhamos. Para ampliar nossa compreensão dos diários de bordo, fazemos uma aproximação com o instrumento que Amatuzzi (2010) denomina de “versão de sentido”. Segundo o autor, é uma forma de registro pela qual se tenta capturar a reação viva do que aconteceu no encontro terapêutico, por meio da escrita do que se viu e sentiu logo após o atendimento, mas sem ter a intenção de ser um instrumento meramente objetivo e descritivo das situações vividas. Quando o terapeuta utiliza a versão de sentido, ele registra aquilo que achou mais pertinente e significativo durante a sessão, levando em conta seus sentimentos e impressões, bem como os do paciente, ou seja, relatando a

experiência imediata do que vivenciou (Correria, Ferreira & Moreira, 2013).

Cabe ressaltar que, na perspectiva fenomenológica existencial, não se considera que exista a possibilidade de uma construção neutra, nem do conhecimento, nem da própria prática psicoterápica. Todo acontecimento é compreendido no modo como foi tecido pelas diversas pessoas que dele participam, não se dando de forma isolada, independente daqueles que o constituem. Deste modo, esse tipo de registro nos possibilita a construção de um relato de experiência mais fidedigno, no sentido de ser a expressão viva do que mais tocou a terapeuta na sua relação com as participantes do grupo, como se fosse uma "radiografia fenomenológica do encontro" (Amatuzzi, 2010, p. 79).

Voltando à questão do cuidado, segundo Lima et al (2009), é nesse âmbito que se estabelecerão diversas formas de tratar a escuta, e esta poderá se apresentar, então, como um dispositivo de cuidado, dando ao ser humano a possibilidade de cuidar de si e encontrar outros meios de ser-no-mundo. A partir das falas de algumas participantes, registradas no DB, as quais serão identificadas por letras, foi possível perceber como algumas intervenções de cuidado podem gerar insights que abrem novas possibilidades de ser para essas mulheres. Em um encontro que trabalhamos sobre assertividade, demonstrando os conceitos de assertividade, passividade e agressividade, por meio de vídeos de situações que se aproximavam do que elas vivenciavam, no seu cotidiano, emerge a fala de M.:

> Eu olhando tudo isso vejo que fui muitas vezes agressiva com meus filhos (choro prolongado e olhar direcionado para o chão). Chegava em casa cansada de um dia cheio de trabalho e meus três filhos apanhavam, eu não queria nem saber quem estava errado batia logo nos três, eu não tinha paciência... Estava muito cansada e achava mais fácil bater logo em todos. Até hoje eles jogam isso na minha cara e eu me sinto muito culpada, não queria ter feito aquilo, mas eu não entendia isso, sabe... não sabia como lidar com eles. Eu trabalhava muito para poder colocar comida dentro de casa (ficou muito emocionada e chorou mais uma vez). (M., participante do grupo).

Nesse instante, foi feita uma intervenção acerca das possibilidades que eram viáveis para ela, naquele momento de sua vida: M., como você mesma disse, naquele momento de sua vida aquilo que era possível para você, era daquela forma que você conseguia lidar com seus filhos. Há momentos em que lidamos com determinadas coisas de acordo com as possibilidades que temos diante de nós, para você, naquele instante

da sua vida, aquela era a melhor escolha. Mas como você acabou de dizer, você não sabia disso e hoje você já tem outras formas de enxergar tudo isso.

Após o encontro, relatamos no DB o que sentimos com a intervenção e como vimos aquele encontro:

> Fiquei muito surpresa nesse encontro, pois muitas mulheres tiveram muitas tomadas de consciência com relação, principalmente, sobre os comportamentos agressivos e passivos... Como elas variam apenas entre esses dois. Muitas mulheres trouxeram vários exemplos de como lidavam com esses comportamentos e de que predominantemente a agressividade era muito presente na relação com os filhos e a passividade prevalecia na relação com os companheiros. Sinto que minha intervenção foi pertinente diante da atenção que dou para aquilo que era possível para elas, principalmente no caso de M. Afinal, como ser assertiva com elas mesmas e com os outros se em nenhum momento, diante das diversas formas de violências que circundam essas mulheres, isso foi visto como uma possibilidade? Acredito inclusive que a agressividade e a passividade foram as únicas escolhas que naquele momento de suas vidas eram possíveis, para sobreviver e para se proteger. (Diário de Bordo).

Atentando agora à colaboratividade e ao cuidado entre as participantes, no processo terapêutico grupal, foi possível perceber a acolhida e o respeito mútuo entre elas, mesmo quando todas não tinham o mesmo pensamento acerca de determinado assunto.

A participante C., em certo encontro, falou um pouco sobre sua história de vida e compartilhou que havia ido embora da cidade onde residia com seu ex-marido, deixando o filho sob os cuidados do pai da criança, embarcando em uma viagem pelo país com o novo namorado hippie.

Registro no diário que:

> "Olhando para todas as mulheres naquele momento percebi um olhar de espanto com aquela fala desconhecida e tão proibida para o papel de uma mãe na sociedade em que vivemos, mas logo depois veio o respeito e a acolhida daquilo que era e fez parte da vida de outra mulher". Foi muito importante e empático quando E., mãe de três filhos, colocou sua posição diante do que foi exposto por C., demonstrando respeito e acolhimento com a história de vida dela, a partir de sua fala: "Eu acho assim... eu não faria o que você fez, mas eu entendo que você vivia tudo aquilo e não conseguia mais (fazendo referência às diversas formas de violência que C. experimentava no casamento) e também você não abandonou seu filho, ele estava seguro, né? Você voltou e pegou seu filho de volta e hoje está aí para contar a história". Ou, como na fala de W.: "A gente só está acostumada a ver as mães cuidando dos filhos, mas o pai também pode cuidar. Até porque a gente sabe que na grande maioria das vezes quem vai embora e deixa os filhos com a mãe são eles e todo mundo vê isso como uma coisa normal. Por que não pode ver do contrário normal também, não é não?". Nesse momento, foi visível como existia um sentimento de cooperação, respeito e cuidado, no sentido de acolhida, para as diversas formas de ser no mundo de cada mulher. (Diário de Bordo).

Na vivência grupal, muitas histórias de vida se assemelham e se diferenciam. Nesse sentido, a partir da dinâmica de um grupo como esse, com o qual trabalhamos, é

possível observar uma fusão de horizontes, ou seja, o encontro de histórias.

Estas dialogam entre si e permitem que os seus narradores se deparem, em constante questionamento e conversação, abrindo chances para novas possibilidades de compreensão (Biselli, 2018).

Um retrato disso, que colocamos como exemplo, é a de um encontro em que as mulheres se uniram e comemoraram um aniversário surpresa para a participante E. Esta participante havia relatado, em um encontro anterior, que tinha sofrido violência por parte do marido e dos filhos, no dia do seu aniversário e, como isso, machucou-se. De imediato, as mulheres se reuniram junto com a psicóloga da Casa e organizaram essa surpresa para E.

No momento em que todas se sentaram, em círculo, para falar algo para E., muitos discursos se entrelaçaram no sentido de terem vivido experiências parecidas com a de E., como a participante C., que disse: "Eu vejo tudo isso e fico muito feliz por você E., eu também fiz aniversário mês passado e ninguém em casa me deu um parabéns." Ou na fala de P.:" Pra mim é muito difícil falar algo sabe... (choro prolongado) é que eu também nunca tive um aniversário, nunca soube o que é isso, sempre fui uma criança que nunca teve uma festa". E., então, finaliza com uma fala que demonstra e expressa o sentimento de muitas naquele espaço: "Muito obrigada meninas, obrigada mesmo. Na verdade, não é uma mulher (colocou as mãos para si) é uma criança, porque eu nunca tive um aniversário".

Após o GT reflito, no meu diário, que cada mulher é afetada por meio da narrativa emergida durante o encontro e de que modo isso pode contribuir para a reflexão, a compreensão e o compartilhamento, entre elas, das suas dores, angústias e sonhos que não foram realizados. Nesse momento, é perceptível como um espaço desse é de suma importância, não só no sentido de acolhida, mas também no sentido de desvelamento dos fenômenos em suas vidas, a partir da narrativa. Um desvelar doloroso, se assim podemos descrever, permeado de esquecimento, descaso e desvalorização. Registro em meu DB que:

> Vejo, diante dos meus olhos, e fico surpreendida como algo que me parece tão simples, como uma festa de aniversário foi negado/tirado delas e como isso se tornou tão doloroso, um sonho que não foi realizado, que vem dos sonhos de infância. É muito comum entre elas não serem reconhecidas, não serem notadas e valorizadas no dia do seu aniversário. Uma violência que

> vem desde quando eram apenas crianças... A partir da fala elas compartilham a sua dor, o seu sonho frustrado/arrancado, assim, elas compartilham a compreensão daquela vivência. (Diário de Bordo).

Voltando nossa atenção aos recursos terapêuticos utilizados, considero que os experimentos, criados por outras abordagens psicológicas, foram de grande valor em nossa experiência. Ressaltamos que a orientação da prática clínica, neste trabalho, foi fenomenológica existencial, e que a mesma justifica a utilização de instrumentos (neste caso, os experimentos) no sentido de ampliar a sua reflexão, diante da situação específica em que uma reflexão é levantada. Segundo Critelli (1996), todo e qualquer recurso instrumental pode ser usado, num pensamento fenomenológico, desde que auxilie a responder à interrogação que o motiva. Sendo assim, a utilização de instrumentos, seja no campo da pesquisa fenomenológica ou na prática clínica, só é efetivamente pertinente se ela o for com a finalidade de ampliar a reflexão.

No que diz respeito à utilização desses experimentos, acredita-se que a paciente/participante é convocada a tomar consciência de aspectos realizados de forma automática, desse modo conduzindo-a a novas formas de sentir, pensar, com a finalidade de que a pessoa possa mobilizar-se ou experienciar algo novo sobre si (Santana & Yano, 2014, apud Wiener, 1999).

Isso foi possível de ser identificado, na fala de algumas mulheres quando, ao fim do experimento, relataram: (F.) "É bom, no começo tinha medo de fazer isso..., mas aí a doutora começou a fazer esses exercícios comigo (exercícios de respiração) e fui perdendo o medo. Parece que tinha umas coisas trancadas aqui (nesse momento, ela colocou a mão no peito)" e (A.): "O experimento foi maravilhoso, me senti muito relaxada, chega deu sono (risos)... É que geralmente a gente não para para fazer essas coisas devido à correria do dia a dia, né? Eu faço muitas coisas durante meu dia, não tenho tempo pra nada, quando paro e vejo já estou pronta para capotar na cama. Então, nossa... Sem palavras! Foi bom demais".

Durante as vivências propostas no grupo, foi possível visualizar como os conteúdos das participantes emergiam e como isso trouxe a elas a possibilidade de mobilização reflexiva (no sentido do cuidado terapêutico), acerca de como os fenômenos que as circundam são sentidos por elas. Trazemos, como exemplo, o "Recolhendo

Estrelas" (Del Prette & Del Prette, 2001), um experimento que tem por objetivo resgatar aspectos positivos da existência da pessoa, expressar carinho e fazer doações simbólicas.

A atividade é iniciada com uma música relaxante e a terapeuta chama todas para participarem. Pede a elas que se deitem na posição mais confortável possível, fechem os olhos e imaginem-se em um campo, olhando para o céu que está todo estrelado. Após um tempo, pede que todas se levantem devagar e recolham o máximo de estrelas que possuam no céu de cada uma. Após algum tempo, a facilitadora diz para que as participantes troquem entre si as estrelas recolhidas. Antes da troca, indica-se que cada estrela possui um valor simbólico, ou seja, que cada estrela recolhida significa alguma qualidade que elas possuem.

A partir da realização dessa atividade, no grupo, refleti:

> Como as participantes, na hora da troca de estrelas, tomavam consciência das qualidades que possuíam, e que no decorrer do tempo a violência silenciava e encobria isso de modo que elas não percebiam mais seus aspectos positivos." Ao final do experimento, perguntei à participante A. como foi para ela aquela atividade e ela me respondeu: “É... foi extraordinário! Gostei muito das estrelas que ganhei e peguei. Foi muito bom, fiquei feliz por receber essas estrelas, me senti é... como se diz? Agradecida. (Diário de Bordo).

Relato no DB que anotei durante a troca de estrelas: "Consegui observar a surpresa de algumas delas, quando recebiam certas estrelas como, por exemplo, a esperança, a alegria e etc. Também percebi que, na hora delas darem as suas estrelas, havia uma pausa meio que envergonhada em dar algo de bom que possuíam". Nesse sentido, a utilização de experimentos como o Recolhendo Estrelas se fez muito pertinente no trabalho do GT, pois eles mobilizaram todo o grupo e, principalmente, cada uma à sua maneira. Muitas formas de ver e sentir foram convocadas, através dos experimentos, muitas emoções e falas foram expressas, por meio desse papel de facilitador que o experimento desempenhou no grupo terapêutico. É, portanto, por meio desse conjunto de auxiliadores no desenvolvimento do GT que o cuidado terapêutico foi possível de ser visto, sentido e vivido.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência no GT, com mulheres em situação de violência no Centro de Referência Casa Rosa Mulher, proporcionou uma reflexão mais profunda

acerca das possibilidades do cuidado terapêutico. Foi por meio de um olhar mais ampliado, sobre todas as questões que envolvem essas mulheres, que conseguimos desvelar circunstâncias sobre como se constitui a violência na sociedade patriarcal, na qual todos estamos inseridos, e sobre o papel das políticas públicas na criação dos Centros de Referências, um espaço essencial no programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

Sendo assim, diante da alta demanda por atendimento psicológico, principalmente na realidade desses centros de referência, foi percebido que a psicoterapia em grupo se fez muito pertinente. À luz do referencial fenomenológico-existencial, sobre o qual pautamos esse trabalho, o atendimento em grupo é uma modalidade distinta, principalmente pela experiência da convivência compartilhada. É através dessa característica essencial que os modos de ser-com-o-outro tendem a se tornar mais visíveis do que em outras maneiras de fazer psicoterapia.

Desse modo, este relato de experiência possibilitou ver, sentir, vivenciar e identificar as possibilidades de cuidado na vivência do grupo terapêutico com mulheres em situação de violência. Isso tudo só foi possível através da escuta, da narrativa e, principalmente, da disponibilidade de se deixar afetar pelo que emergia em meio à vivência do grupo. É nesse momento do deixar-se afetar que o cuidado terapêutico se fez presente, no acolher o "poder-ser", ou seja, poder oferecer a possibilidade de desnaturalizar preceitos construídos socialmente, que dizem respeito ao modo como a mulher deve se comportar, como a esposa deve ser, quais são as prioridades que deve dar à sua vida, de modo a assumir seu “poder-ser”, ou seja, enxergar outras formas mais próprias de ser.

A contribuição que o desenvolvimento desse trabalho nos possibilitou foi a de fomentar reflexões acerca das formas com que o cuidado terapêutico se manifesta no trabalho em grupo, ou seja, a atuação do profissional de psicologia dentro das políticas públicas, e o reforçamento da luta contra a violência de gênero, bem como a oportunidade de repensar formas de acolhida para com esse público. Muito ainda pode ser produzido, como contribuição para esta temática, tendo em vista o grande número de mulheres que estão em situação de violência no Brasil e quanto à especificidade que a atuação da

psicologia possui, no que diz respeito ao cuidado para com essa questão.

REFERÊNCIAS

Amatuzzi, M. M. (2010). Versão de sentido. In M. Amatuzzi, Por uma psicologia humana (pp. 75-89). Alínea.

Biselli, A. C. T. (2018). Psicoterapia de grupo com idosas: Relato de experiência. In: C. L. B. T. Barreto, D. F. C. C. S. Leite, & E. F. G. Silva (Orgs.), *Clínica psicológica e sofrimento humano*: Uma perspectiva fenomenológica existencial. CRV Editora.

Boff, L. (1999). Saber cuidar: Ethos do humano - Compaixão pela terra. Vozes.

Braga, T. B. M., & Custódio, E. M. (2009). O sentido da prática clínica para uma clínica do sentido: A formação no contexto da atenção psicológica em instituições. In: H. T. P. Morato, C. L. B. T. Barreto, & A. P. Nunes (Orgs.), *Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial*: Uma introdução (pp. 101–117). Guanabara Koogan.

Brasil. (2006). Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.

Brasil. (2006). *Norma técnica de uniformização*: Centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Camasmie, A. T., & Sá, R. N. (2012). Reflexões fenomenológico-existenciais para a clínica psicológica em grupo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, *12*(3), 952–972. https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8231/5991

Correia, K. C. R., Ferreira, L. M., & Moreira, V. (2013). Revisitando as psicoterapias humanistas. In: V. Moreira (Org.), *Uma experiência de facilitação de psicoterapia de grupo no enfoque humanista-fenomenológico* (pp. 61-82). Intermeios.

Costa, P. V. R. (2015). Da filosofia à clínica psicológica: Uma experiência malograda de acolhimento atento à atmosfera permeável na clínica. In: A. M. L. C. Feijoo & M. M. Protasio (Orgs.), *Situações clínicas I*: Análise fenomenológica de discursos clínicos. IFEN.

Critelli, D. M. (1996). *Analítica do sentido*: Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. EDUC: Brasiliense.

Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2001). *Psicologia das relações interpessoais*: Vivências para trabalho em grupo. Vozes.

Evangelista, P. E. R. A. (2013). O método fenomenológico na condução de grupos terapêuticos. *Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar*, *16*(1), 150-165. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000100009.

Gadamer, H.-G. (2012). *Verdade e método I*: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Universitária São Francisco.

Heidegger, M. (1999). Ser e tempo. Vozes.

Lima, D. F., Yehia, G. Y., & Morato, H. T. P. (2009). Os 'sentidos' da escuta fenomenológico-existencial. In: H. T. P. Morato, C. L. B. T. Barreto, & A. P. Nunes (Orgs.), Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial: Uma introdução (pp. 101-117). Guanabara Koogan.

Morato, H. T. P. (s.d.). *Algumas considerações da fenomenologia existencial para a ação psicológica na prática e na pesquisa em instituições.* https://www.researchgate.net/publication/305700489.

Moreira, V. (1999). Grupo de encontro com mulheres vítimas de violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, *4*, 61-77. https://www.scielo.br/j/epsic/a/SWzhFqRxsqSFb4gtqWvC7tC/?lang=pt&format=pdf.

Oliveira, K. L. C. (2004). *Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro*: Sobre violências conjugais contemporâneas. Casa do Psicólogo.

Prado, R. A. A. (2018). Da abertura para o inesperado à fala poética na ação clínica fenomenológica existencial. In: C. L. B. T. Barreto, D. F. C. C. S. Leite, & E. F. G. Silva (Orgs.), *Clínica psicológica e sofrimento humano*: Uma perspectiva fenomenológica existencial. CRV Editora.

Rio Branco. (2011). Casa Rosa Mulher: Centro de referência para mulheres em situação de violência. *Revista Casa Rosa Mulher* [Edição Especial], 6-9.

Rio Branco. (s.d.). *Casa Rosa Mulher Centro de Referência a Mulheres em Situação de Violência*. Secretaria Municipal Adjunta da Mulher.

Santana, D. S., & Yano, L. P. (2014). Experimentos em gestalt-terapia: Os sonhos como recursos integrativos. *Revista do NUFEN*, *6*(2), 91–101.

Santos, D. G., & Sá, R. N. (2013). A existência como 'cuidado': Elaborações fenomenológicas sobre a psicoterapia na contemporaneidade. *Revista da Abordagem Gestáltica*, *19*(1), 53-59.

Scarlati, L. R. S. (2015). O pensar e o cuidado (Sorge): Os caminhos do fazer clínico fenomenológico-hermenêutico. In: A. M. L. C. Feijoo & M. M. Protasio (Orgs.), *Situações clínicas I*: Análise fenomenológica de discursos clínicos. IFEN.

Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França-Júnior, I., & Pinho, A. A. (2002). Violência contra a mulher: Estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, *36*(4). https://www.scielo.br/j/rsp/a/dfSmBBrVThftsfH6xLY573v/?lang=pt.

Souza, C. A. (2011). *Psicoterapia de grupo em uma abordagem fenomenológico-existencia*l: Um estudo exploratório [Monografia]. http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?codigo=TL0289.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015*: Homicídio de mulheres no Brasil. All Type Assessoria Editorial.

Yalom, I. D., & Leszcz, M. (2006). *Psicoterapia de grupo*: Teoria e prática (5ª ed.). Artmed.

Editorial process dates (https://periodicos.ufac.br/index.php/fenexis/about/submissions)

- Submission: 25/04/2025
- Review 1: 30/04/2025
- Review 2: 22/09/2025
- Preliminary editorial decision: 22/09/2025
- Text editing: 29/09/2025
- Final editorial decision: 23/10/2025
- Publication: 28/10/2025

Editorial team

- Editor-in-chief: 2 (LPY; RAAP)
- Managing-editor: 1 (TRM; RAM)
- Section-editor: 1 (MAACC)
- Reviewers: 2